

Despacho (extrato) n.º 9113/2017

Por despacho de 07-04-2017, de S. Ex.ª o Diretor Nacional, é renovada a comissão de serviço, por um período de 3 anos, para o desempenho de funções no cargo de Chefe da Divisão de Gestão e Consultoria de Recursos Humanos, da Direção Nacional, à Técnica Superior M/002442 — Fernanda do Rosário Carneiro da Silva, com efeitos a 01/07/2016, nos termos dos artigos 23.º e 24.º, ambos da Lei n.º 2/2004, alterada e republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de agosto e pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, conjugado com o artigo 59.º e n.ºs 2 a 4 do artigo 56.º, ambos da Lei n.º 53/2007, de 31 de agosto, que aprova a Lei Orgânica da Polícia de Segurança Pública.

22 de setembro de 2017. — O Diretor do DRH, *Dr. Manuel João*, Técnico Superior.

310823377

Despacho (extrato) n.º 9114/2017

Por despacho de 15-09-2017, de S. Ex.ª o Diretor Nacional Adjunto/UORH e por terem cessado os fundamentos de suspensão da eficácia, é nomeado, nos termos do artigo 74.º, n.º 10, da Lei n.º 7/90, de 20-02, na categoria de Agente Principal, por concurso de avaliação curricular n.º 02/2014, o Agente M/149357 — Pedro Miguel Correia da Silveira Santos, do CD Setúbal, ocupando o lugar n.º 394, na lista de classificação final do concurso, com efeitos administrativos a 16-03-2016.

22-09-2017. — O Diretor do DRH, *Dr. Manuel João*, Técnico Superior.

310823352

Despacho (extrato) n.º 9115/2017

Por despacho de 22-11-2016, de S. Ex.ª o Diretor Nacional, é nomeado, em comissão de serviço, por um período de 3 anos, para o desempenho de funções no cargo de Chefe da Divisão de Material Auto, do Departamento de Logística da Direção Nacional, o Técnico Superior M/002400 — João Henrique da Rocha Lopes, com efeitos à data do despacho, nos termos das normas legais consignadas no artigo 59.º da Lei n.º 53/2007, de 31 de agosto, que aprova a Lei Orgânica da Polícia de Segurança Pública e n.º 4 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro.

22-09-2017. — O Diretor do DRH, *Dr. Manuel João*, Técnico Superior.

310823247

Despacho (extrato) n.º 9116/2017

Por despacho de 07-02-2017, de S. Ex.ª o Diretor Nacional, é nomeado, em comissão de serviço, por um período de 3 anos, para o desempenho de funções no cargo de Chefe da Divisão de Licenciamento e Regulação, do Departamento de Segurança Privada da Direção Nacional, o Subintendente M/100230 — Nuno Miguel Neves Martins e Bugalho Ribeiro Carocha, graduado na categoria de Intendente, com efeitos à data do despacho, nos termos das disposições conjugadas da alínea c) do n.º 4 do artigo 65.º e n.º 2 do artigo 59.º da Lei n.º 53/2007, de 31 de agosto, alínea g) do n.º 1 do artigo 1.º e artigo 8.º da Portaria n.º 383/2008, de 29 de maio, alínea f) do n.º 1 do artigo 2.º da Portaria n.º 416/2008, de 11 de junho, quadro I do anexo I aos artigos 62.º e 79.º do Decreto-Lei n.º 243/2015, de 19 de outubro, alínea g) do n.º 1 do artigo 1.º do anexo ao Despacho n.º 11714/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 139, de 20 de julho de 2010, que republica o Despacho n.º 19935/2008, de 17 de julho de 2008, e artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro.

22-09-2017. — O Diretor do DRH, *Dr. Manuel João*, Técnico Superior.

310823199

Despacho (extrato) n.º 9117/2017

Por despacho de 15-09-2017, de S. Ex.ª o Diretor Nacional Adjunto/UORH e por terem cessado os fundamentos de suspensão da eficácia, é nomeado, nos termos do artigo 74.º, n.º 10, da Lei n.º 7/90, de 20-02, na categoria de Agente Principal, por concurso de avaliação curricular n.º 02/2012, o Agente M/148904 — Bruno Miguel Ferreira Mendes, do CM Porto, ocupando o lugar n.º 89, na lista de classificação final do concurso, com efeitos administrativos a 04-01-2014.

22-09-2017. — O Diretor do DRH, *Dr. Manuel João*, Técnico Superior.

310823311

Despacho (extrato) n.º 9118/2017

Por despacho de 04-05-2017, de S. Ex.ª o Diretor Nacional, é renovada a comissão de serviço, por um período de 3 anos, para o desempenho de funções no cargo de Diretor do Gabinete de Assuntos Jurídicos, da Direção Nacional, ao Técnico Superior M/002298 — Antonino Pinto Salgueiro, com efeitos a 30/05/2017, nos termos das disposições conjugadas dos artigos 3.º e 15.º da Portaria n.º 383/2008, de 29 de maio,

artigo 58.º da Lei n.º 53/2007, de 31 de agosto, e n.º 9 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004.

22-09-2017. — O Diretor do DRH, *Dr. Manuel João*, Técnico Superior.

310823393

JUSTIÇA**Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Justiça****Despacho n.º 9119/2017**

Considerada a remessa ao Conselho Superior da Magistratura, nos termos do disposto no artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 156/78, de 30 de junho, da lista de candidaturas a juizes sociais para as causas do Juízo de família e menores do Barreiro, do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa, aprovada pela Assembleia Municipal do Barreiro, em reunião de 3 de maio de 2017, são nomeados, nos termos do n.º 1 do artigo 21.º, do artigo 22.º — *ex vi* do artigo 38.º — e do artigo 37.º do referido decreto-lei, os juizes sociais para as causas previstas no n.º 2 do artigo 30.º da Lei n.º 166/99, de 14 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 4/2015, de 15 de janeiro (Lei Tutelar Educativa), e no artigo 115.º da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro (Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo), segundo a enumeração constante da lista anexa.

9 de outubro de 2017. — A Secretária de Estado Adjunta e da Justiça, *Helena Maria Mesquita Ribeiro*.

Lista dos cidadãos nomeados juizes sociais para as causas do Juízo de família e menores do Barreiro, do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa, prevista no n.º 2 do artigo 30.º da Lei Tutelar Educativa e no artigo 115.º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo.

Efetivos:

Helena Paula Matias Pires Esteves
Célia Maria Mendes Gaudêncio
Rute Isabel Barreiro da Silva Santos
Sónia Isabel Falarido de Almeida
Susana Cristina Maurício Marques Pereira
Ana Cristina Simões Pinto de Oliveira
Sofia Alexandra Janeiro da Silva Ali
Maria José Pecurto Canhoto Rosado
Maria Fernanda Lopes de Carvalho Viegas Garcia
Sandra Carvalho Loução
Jacinta Fernandes Jerónimo
Carla do Rosário Martins Esteves Mendes
Lina Gertrudes Galião Janeiro Barrocal Fialho
Maria Amália Pires Pereira Valegas
Sofia Isabel Bastos Dias de Matos

Suplentes:

Ana Margarida Franco Silvestre
João Pedro Farinha de Lemos Fernandes Simão de Carvalho
Dora Alexandra Carocha Pinto
Anabela Carocha Pinto
Francisco José dos Santos Barros
Luís Miguel Mota Rino
Ana Luísa Sabino Conduto
Sérgio Manuel Colaço Rocha
Cláudia Sofia Raimundo da Silva
Cheila Raquel Rodrigues da Costa Silva
Paula Cristina Barroso Prudêncio Soares
André Filipe Soares da Silva Antunes
Rui Manuel Alcácer Carvalho
Rogélia Maria Morais Cardoso Tavares da Costa
Jenny Pereira Pós-de-Mina
Paulo Jorge Barbosa Vieira
Magda Raquel Cavaco Teixeira
Maria Joaquina Dias Alípio Mourata do Cabo
Telma Elisabete Escada de Jesus
Luciano de Jesus Santos Canoa

310834458

CULTURA**Gabinete do Ministro****Portaria n.º 352/2017**

A Casa da Companhia Velha fica localizada no limite do centro histórico de Peso da Régua, desenvolvendo-se paralelamente ao rio Douro,

situação que lhe confere notáveis vistas sobre a envolvente. Este emblemático solar setecentista, onde esteve sediada, durante mais de dois séculos, a Companhia Geral de Agricultura e das Vinhas do Alto Douro, que em 1756 criou a primeira zona vinícola regulada do mundo, constitui hoje o edifício principal do Museu do Douro.

Projetado para acomodar áreas de vinificação e armazenamento de vinhos, bem como um tribunal, serviços administrativos e acomodações para funcionários e produtores, o edifício, de sóbrio modelo pombalino, apresenta uma tipologia heterogénea, combinando as estruturas produtivas e comerciais com a feição habitacional de um tradicional solar rural. Foi ampliado e remodelado entre 2007 e 2008, de forma a receber espaços expositivos e de apoio.

A classificação da Casa da Companhia Velha reflete os critérios constantes do artigo 17.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, relativos ao caráter matricial do bem, ao seu interesse como testemunho notável de vivências e factos históricos, à sua conceção arquitetónica, urbanística e paisagística e à sua extensão e ao que nela se reflete do ponto de vista da memória coletiva.

A zona especial de proteção do monumento agora classificado será fixada por portaria, nos termos do disposto no artigo 43.º da referida lei.

Foram cumpridos os procedimentos de audição dos interessados, previstos no artigo 27.º da referida lei, de acordo com o disposto no Código do Procedimento Administrativo.

Assim:

Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 28.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, e no uso das competências conferidas pelos n.ºs 1 e 2, alínea d), do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 251-A/2015, de 17 de dezembro, manda o Governo, pelo Ministro da Cultura, o seguinte:

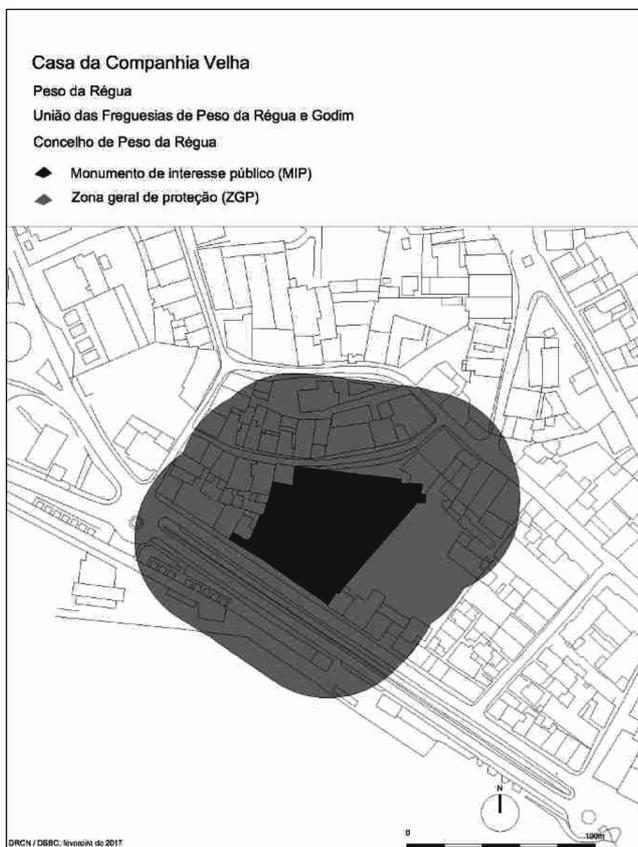
Artigo único

Classificação

É classificada como monumento de interesse público a Casa da Companhia Velha, na Avenida João Franco e na Rua Marquês de Pombal, Peso da Régua, União das Freguesias de Peso da Régua e Godim, concelho de Peso da Régua, distrito de Vila Real, conforme planta constante do anexo à presente portaria, da qual faz parte integrante.

9 de outubro de 2017. — O Ministro da Cultura, *Luis Filipe Carrilho de Castro Mendes*.

ANEXO



310837771

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Direção-Geral do Ensino Superior

Despacho n.º 9120/2017

Considerando o despacho de autorização das instalações tornado público pelo Aviso n.º 116/2015 (2.ª série), de 7 de janeiro, conjugado com o disposto no Aviso n.º 15743/2016 (2.ª série), de 19 de dezembro;

Considerando o despacho de autorização das instalações da Universidade Europeia tornado público pelo Aviso n.º 15744/2016 (2.ª série), de 19 de dezembro;

Considerando o pedido da ENSILIS — Educação e Formação, unipessoal, L.ª, entidade instituidora da Universidade Europeia, para atualização da capacidade de ensino das instalações e, adicionalmente, de autorização de novas instalações;

Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 41.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro (regime jurídico das instituições de ensino superior), do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 87/2013, de 26 de junho, e da alínea h) do n.º 2 do Despacho n.º 7240/2016 (2.ª série), de 2 de junho;

Autorizo a Universidade Europeia a ministrar os seus ciclos de estudos conducentes à atribuição de graus académicos, nas instalações de que dispõe:

a) Na Av. D. Carlos I, n.º 4, em Lisboa, com uma capacidade para acolher um número máximo de 980 alunos em simultâneo;

b) Na urbanização do Polo Tecnológico, na Rua Laura Ayres n.º 4 e 4 A, em Lisboa, com uma capacidade para acolher um número máximo de 615 alunos em simultâneo;

c) Na Quinta do Bom Nome, nos termos da autorização das instalações da Universidade Europeia tornada pública pelo Aviso n.º 15744/2016, de 19 de dezembro.

19 de setembro de 2017. — A Subdiretora-Geral do Ensino Superior, *Ángela Noiva Gonçalves*.

310837803

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR E PLANEAMENTO E DAS INFRAESTRUTURAS

Laboratório Nacional de Engenharia Civil, I. P.

Aviso n.º 12417/2017

Para cumprimento do disposto nos n.ºs 1, alínea d) e 2 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e no artigo 292.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, torna-se público que as seguintes trabalhadoras, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, cessaram funções por motivo de aposentação, na data que para uma se indica:

Lúcia Teixeira Couto Garcia Ribeiro, investigadora auxiliar, da carreira de investigação científica, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, posicionada entre o nível remuneratório 58 e 59, em 2017-09-01;

Rosa Maria Antunes Soares Ribeiro, técnica de informática, grau 2, nível 1, da carreira de técnica de informática, posicionada no nível 25, em 2017-07-01;

Cristina Maria Lima Martins Vieira, assistente operacional, da carreira de assistente operacional, posicionada entre o nível remuneratório 1 e 2, em 2017-01-03;

8 de setembro de 2017. — A Diretora de Serviços de Recursos Humanos e Logística, *Ana Paula Seixas Morais*.

310799101

EDUCAÇÃO

Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares

Agrupamento de Escolas de Alpendurada, Marco de Canaveses

Aviso n.º 12418/2017

Notificação para audiência de interessados dos candidatos excluídos ao procedimento concursal publicado no aviso n.º 10164/2017 do Diário da República do dia 4 de setembro

Nos termos do previsto nos artigos 121.º e 122.º do Código de Procedimento Administrativo, notificam-se os candidatos constantes na lista de